



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
VIÇOSA-MG**

**RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO
EXERCÍCIO 2019**
RACI 2019

Viçosa, março de 2020.
SUMÁRIO



**RELATÓRIO ANUAL DE
CONTROLE INTERNO**

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

**Folha
2/21**

1. Apresentação.....	03
2. Metodologia.....	04
2.1 Metodologia.....	04
3. Análise do Cumprimento de Metas do PPA e LDO.....	05
3.1. Análise do PPA.....	05
3.1.1. Programa Encargos Especiais.....	05
3.1.2. Programa Administração Geral.....	06
3.1.3. Programa Sistema Operacional de Saneamento Básico.....	06
3.1.4. Programa Abastecimento de Água.....	07
3.1.5. Programa Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos.....	08
3.1.6. Programa Sistema de Esgoto.....	08
3.1.7. Programa Recuperação de Recursos Hídricos.....	09
3.2. Resumo Geral dos Programas.....	09
3.3. Parecer conclusivo sobre a análise do cumprimento de metas do PPA e LDO.....	10
4. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	11
4.1. Gestão Orçamentária.....	11
4.2. Gestão Financeira.....	12
4.3. Gestão Patrimonial.....	14
5. Avaliação do Cumprimento das Metas da LRF.....	16
5.1. Despesas com Pessoal.....	16
5.1.1. Repasses ao IPREVI.....	17
5.2. Restos a Pagar – Dívida Flutuante.....	17
5.3. Créditos Suplementares com anulações de dotações.....	19
5.4. Dívida Ativa.....	19
6. Parecer Conclusivo.....	20



RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

Folha
3/21

1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Controle Interno (ASCIN) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, SAAE, Autarquia Municipal, é composta por Murilo Pizato Marques, Administrador, CPF 057.495.976-95, CRA-MG 01-062986/D, detentor do Cargo em Comissão Ampla.

O objeto do trabalho do Controle Interno durante o exercício de 2018 tem por amparo os artigos 70 a 75 da Constituição Federal, a Lei Federal 4.320/64, Resolução nº 1.120/05, da LRF 101/00, Resolução 12/2008 do TCE-MG e da Instrução Normativa 04/2017 do TCE-MG. Está amparado também nas seguintes leis municipais:

Instrumento de Planejamento	Lei	Vigência
PPA	2.676/2017	01/01/2018 a 31/12/2021
LDO	2.704/2018	01/01/2019 a 31/12/2019
LOA	2.732/2018	01/01/2019 a 31/12/2019

Tabela 1) Composição do Sistema Orçamentário

A principal função da ASCIN é assessorar o Diretor Presidente (DIPRE) na fiscalização dos atos dos diversos setores da Autarquia, ao recomendar práticas e procedimentos que possam alavancar a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento das metas e ações dos programas de governo, no cumprimento do planejamento plurianual e no controle da qualidade da prestação dos serviços do SAAE para a população, além de atender aos requisitos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na prática da legalidade, legitimidade e economicidade.

Para o exercício de 2019 houve a execução do Plano Anual de Controle Interno – PACI 2019, que delimitou as atividades de controle nos quatro principais programas de governo da Autarquia, precisamente focado nas ações ligadas ao vencimento e vantagens fixas do pessoal civil, materiais de consumo e outros serviços de terceiros pessoa jurídica, por formarem o grupo de rubricas com maior empenho de despesas do SAAE.

Desta forma, o controle interno se utilizou de mecanismos de amostragem para o acompanhamento geral das contas propostas. Tal critério de amostragem é amparado pelas Normas Técnicas de Contabilidade – NBC TA 530, de 1º de janeiro de 2010:

Esta Norma se aplica quando o auditor independente decide usar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Essa norma trata do uso de amostragem estatística e não estatística na definição e seleção da amostra de auditoria, na execução de testes de controles e de detalhes e na avaliação dos resultados da amostra.

As principais atividades do Controle Interno no exercício 2019 estiveram ligadas à

assessoria direta do Diretor Presidente, em assuntos aleatórios, de seu interesse, com a realização de análises, pareceres e manifestações diversas. Foram executadas trinta e cinco manifestações acerca de diversos assuntos de interesse da gestão, sempre no intuito de esclarecer e opinar sobre questões que envolvam a legalidade, legitimidade e economicidade dos processos.

Foi editada uma Instrução Normativa a respeito do cumprimento de dispositivos da Lei 2.705/2018, bem como realizado o trabalho do Projeto de Lei que tem por objeto a consolidação das leis que envolvem a limpeza pública no município de Viçosa.

O Controle Interno acompanhou ainda, conforme o PACI 2019, as despesas com pessoal, principalmente as despesas com horas-extras, campo em que houve significativa redução em todos os setores.

O Controle Interno realizou ainda o início do processo de Auditoria Interna Especial – AUDINT 001/2019, no contrato de gerenciamento de manutenção de frotas da autarquia, a pedido do Diretor Presidente, trabalho inicial realizado em outubro, novembro e dezembro de 2019 e encerrado em fevereiro de 2020.

2. METODOLOGIA

2.1 Metodologia

Faremos neste relatório uma análise geral do sistema orçamentário, composto por três normas básicas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2019.

Dos programas inseridos no PPA, a gestão opta por inscrever na LDO aqueles considerados prioritários para o cumprimento do orçamento do exercício. O Controle Interno analisa a aplicação dos recursos previstos na LDO através do cumprimento das metas de cada ação do PPA e da Lei de Orçamento Anual, em relação ao indicador que foi gerado para aquela ação. Em decorrência desta análise avalia-se, também, as necessidades de créditos suplementares e as anulações de dotações.

A análise levará em conta as diretrizes do Art 74 da Constituição Federal, Art 59 da Lei Complementar 101/00, Arts 63 a 66 da Lei Complementar Estadual 102/2018, ao Art 1º da Lei Municipal 1.534/2003, da Instrução Normativa 04/2017 do TCE-MG em relação ao cumprimento da legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia fiscal. Desta forma, buscase o entendimento comparativo entre o que foi planejado com o que foi realizado, usando os critérios de eficiência e eficácia.

Os manuais técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), além do Guia para Monitoramento e Avaliação da Unicef (Guide for monitoring and evolution, UNICEF, 1991) definem de forma geral:

- **Eficiência:** como fazer o máximo possível com o mínimo de recursos disponíveis (esforço aplicado/resultado alcançado);

- **Eficácia:** a capacidade de atingir os objetivos programados (metas previstas/metasp alcançadas);
- **Efetividade:** percepção da avaliação das transformações ocorridas a partir das ações planejadas (atingir, com seus impactos e resultados, os objetivos definidos em sua implementação, sobre o público alvo).

3. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS DO PPA E LDO - 2019

3.1. Análise do PPA e LDO

3.1.1. Programa 0000 – Encargos Especiais

OBJETIVO: ASSEGURAR A CONTRIBUICAO PATRONAL DOS INATIVOS E PENSIONISTAS JUNTO AO IMAS. CUMPRIR COMPROMISSOS COM PROGRAMAS SOCIAIS/PASEP. E AS DETERMINACOES DO PODER JUDICIARIO.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
0.601	Recolhimento do PASEP	270.000,00	260.000,00	96,30
0.602	Sentenças Judiciais Condenatórias	100.000,00	38.251,62	38,25
0.603	Contribuição Patronal IMAS Inativos Pensionistas	150.000,00	140.289,43	93,53
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		580.000,00	438.541,05	75,61

3.1.2. Programa 0021 – Administração Geral

OBJETIVO: ADM. GERAL PROMOVER ACOES DE DESCENTRALIZACAO ADMINISTRATIVA, DESBUROCRATIZACAO PROCEDIMENTAL E RACIONALIZACAO FINANCEIRA DA AUTARQUIA POR MEIO DA EXECUCAO INDIRETA DOS SERVICOS.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
8.501	Manutenção dos Serviços Administrativos	3.480.000,00	3.407.550,19	79,04
8.505	Programa Combate Perdas de Água e Energia	55.800,00	0,00	0,00
8.506	Programa Mobilização e Educação Ambiental	40.000,00	17.000,00	0,00
8.508	Criação do Centro de Controle Operacional – CCO	200.000,00	0,00	0,00
8.510	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico	205.000,00	0,00	0,00
8.513	Criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico	15.000,00	0,00	0,00
9.000	Reformar, Equipar e Manter Unidades Administrativas	23.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		4.018.800,00	3.424.550,19	85,21

3.1.3. Programa 0446 – Sistema Operacional de Saneamento Básico

OBJETIVO: SISTEMA OPERACIONAL DE SANEAMENTO BASICO - APOIAR DESENVOLVIMENTO DO CISAB ZONA DA MATA.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
8.507	Manutenção do Consórcio Público - CISAB	166.751,99	166.751,99	100,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		166.751,99	166.751,99	100,00

3.1.4. Programa 0447 – Abastecimento de Água

OBJETIVO: PROMOVER A CONTRACAO DE EXEC. INDIRETA DE OBRAS INFRAESTRUTURA E PRESTACAO DE SERVICOS DE ABASTECIMENTO. PROMOVER A EXPANSAO DA INFRAESTRUTURA LOG ISTICA HIDRAULICA DO ORGAO POR MEIO CONTRATOS ADM. DE CONCESSAO E PERMISSAO, PARCERIA PUBLICO PRIVADO.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
8.502	Operação de Manutenção Sistema de Água	9.903.623,01	9.532.572,43	96,25
8.515	Plano Diretor de Água e Esgoto	20.000,00	0,00	0,00
9.002	Ampliação Reforma e Reparelhamento sistema de água	322.000,00	190.632,95	59,20
9.003	Const. Amp. Reform. Unidades Captação Tratamento Reservatório	600.000,00	310.783,73	51,80
9.004	Ampliação Reforma Padronização Ramais S. Água	100.000,00	26.460,96	26,46
9.005	Aquisição Instalação Macromedidores e Válvulas	100.000,00	0,00	0,00
9.006	Construção sistema de Água abastecimento Rural	30.000,00	0,00	0,00
9.018	Reforma e Ampliação Capacidade ETAII	100.000,00	196.490,20	196,49
9.019	Construção Nova Adutora ETA II ao reservatório	140.000,00	432.488,00	308,92
9.021	Reforma Ampliação Capacidade	150.000,00	0,00	0,00
9.024	Construção, Ampliação, Reforma Estação elevatória	150.000,00	0,00	0,00
9.026	Construção Novo reservatório ETA II	70.000,00	0,00	0,00
9.027	Construção Novo reservatório Bom Jesus	10.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		11.695.623,01	10.689.428,27	91,40

3.1.5. Programa 0448 – Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos

OBJETIVO: PROMOVER APRIMORAMENTO ACOES DE PLANEJAMENTO, COORDENACAO, SUPERVISAO CONTROLE DO SETOR RESP. DO O RGAO POR MEIO DE EXECUCAO INDIRETA DOS SERVICOS COLETA RESIDUOS SOLIDOS, OU POR MEIO CONTRATOS A DM. CONCESSAO, PERMISSAO, PARCERIA PUBLICO PRIVADA.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
8.504	Manutenção Serviços de Limpeza do Município	5.713.000,00	5.392.034,09	94,38
8.514	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	50.000,00	789,93	1,58
9.015	Ampliação e reformas Sistema de Resíduos Sólidos	30.000,00	0,00	0,00
9.022	Usina de Triagem e Compostagem	105.000,00	0,00	0,00
9.023	Aterro Sanitário	160.000,00	426.140,24	266,34
9.032	Programa de Ampliação da Coleta Seletiva	450.000,00	588.405,77	130,76
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		6.508.000,00	6.407.370,03	98,45

3.1.6. Programa 0449 – Sistema de Esgoto

OBJETIVO: PROMOVER CONTRATACAO DE EXEC. INDIRETA OBRAS DEINFRAESTRUTURAS E PREST. SERVICOS DE ESGOTAMENTO SAN ITARIO. EXPANSAO DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA DOS SERV. POR MEIO DA EXEC. INDIRETA SERVICOS OU POR MEIO CONTRATOS ADM. CONC. PARC. PUB. PRIVADO.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
8.503	Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	1.745.000,00	1.441.685,65	77,73
8.512	Manutenção e acompanhamento das ETES	30.000,00	0,00	8,00
9.010	Ampliação, reforma e reaparelhamento E. Esgoto	130.000,00	19.877,51	3,06
9.011	Construção e Reforma dos Interceptores de Esgoto	100.000,00	0,00	0,00

9.012	Construção, Reforma Unidades Tratamento Elevatórias	80.000,00	0,00	0,00
9.013	Ampliação Reforma Padronização Ramais S. Esgoto	100.000,00	59.513,44	68,45
9.014	Construção Sistema Esgoto Sanitário no Meio rural	30.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		2.215.000,00	1.521.076,60	68,67

3.1.7. Programa 0458 – Recuperação de recursos Hídricos

OBJETIVO: RECUPERACAO DE RECURSOS HIDRICOS.

Código do Programa	Ações Planejadas	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
9.008	Preservação e Conservação Mananciais	40.000,00	0,00	0,00
9.009	Convênios com Entidades Preservação Ambiental	10.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)		50.000,00	0,00	0,00

3.2. Resumo Geral dos Programas

Código do Programa	Descrição do Programa	Metas		
		Previsto	Realizado	
		Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	(%)
0000	Encargos Especiais	580.000,00	438.541,05	75,61
0021	Administração Geral	4.018.800,00	3.424.550,19	85,21
0446	Sistema Operacional de Saneamento Básico	166.751,99	166.751,99	100,00
0447	Abastecimento de Água	11.695.623,01	10.689.428,27	91,40
0448	Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos	6.508.000,00	6.407.370,03	98,45
0449	Sistema de Esgoto	2.215.000,00	1.521.076,60	68,67
0458	Recuperação de Recursos Hídricos	50.000,00	0,00	0,00
Custo Total (R\$)		25.234.175,00	22.647.718,13	89,75

3.3 Parecer sobre a análise do cumprimento de metas do PPA e LDO

A análise de cada um dos programas e suas ações demonstra a evolução da gestão da Autarquia no sentido da garantia do fornecimento de água tratada em volume e qualidade suficientes para o atendimento da população. Investimentos nas atividades de ampliação da captação, tratamento e reservação de água, mesmo que ainda aquém do considerado ideal, apontam para a reorganização da gestão no planejamento de ações e atividades que resultem no crescimento sustentável da Autarquia, sem expor a população a situações críticas, como as ocorridas em anos anteriores.

O orçamento em 2019 se mostrou mais conciso, menos mutável, com cumprimento geral em 89,75% de suas metas financeiras, o que demonstra evolução significativa na forma de gerir o planejamento e eficácia nas atividades. Há um ambiente de gestão plural, participativo, e uma preocupação evidente em focar recursos para investimentos diversos no crescimento geral da Autarquia, com o intuito de obter melhores condições de trabalho, estruturas e capacidade produtiva condizente com o ambiente e a necessidade da população.

A avaliação das metas físicas ficou comprometida uma vez que não houve o ajuste percentual das metas no PPA, incorrido o mesmo erro já citado no relatório do exercício 2018 em que há diversas atividades com metas físicas de 100% para todos os anos do PPA, sendo impossível o cumprimento da mesma atividade, principalmente ligada a obras, na sua totalidade todos os anos.

A atual gestão colocou em prática as recomendações trazidas por este Controle Interno no sentido de envolver mais os diversos setores da Autarquia nos processos de planejamento e entendimento sobre o uso dos recursos financeiros e do orçamento anual.

Preserva-se a recomendação para que a gestão busque ações que possam incrementar as receitas financeiras da Autarquia, como revisão cadastral, maior atuação da fiscalização quanto a aplicação de multas para casos de atividades ilegais, como os chamados “gatos”, revisão legal do conceito e valores das multas, adoção do novo regulamento proposto pelo CISAB e recuperação de créditos através da dívida ativa.

Outra questão importante na manutenção do crescimento financeiro é a constante revisão e reajuste das tarifas e taxas, de modo que não se permita maior defasagem dos valores aplicados, que já é uma situação aferida nos últimos anos, para que haja a devida compensação inflacionária e não impute futuramente a necessidade de aumentos substanciais como forma de compensar anos sem a devida correção.

Importante se faz o retorno da capacidade financeira da Autarquia para os investimentos e cumprimentos de metas ligadas à estruturação e atuação social e ambiental que, no longo prazo, refletem diretamente na qualidade do trabalho dos servidores e da qualidade da prestação dos serviços para a população. A Autarquia ainda tem investido pouco ou nenhum recurso em questões de recuperação e preservação hídrica, devendo estar atenta a tais fatores.

**RELATÓRIO ANUAL DE
CONTROLE INTERNO****EXERCÍCIO 2019****DATA: 02.03.2020****Folha
11/21****4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL****4.1. Gestão Orçamentária****4.1.1. Balanço Orçamentário**

RECEITAS				
Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	Relação
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)
Receitas Correntes	28.240.000,00	26.122.099,67	-2.117.900,33	92,50
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	7.722.000,00	7.635.340,60	-86.659,40	98,88
Receita Patrimonial	125.000,00	90.301,82	-34.698,18	72,24
Receita de Serviços	19.620.000,00	18.289.382,17	-1.330.617,83	93,22
Transf Correntes	560.000,00	0,00	-560.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	213.000,00	107.075,08	-105.924,92	50,27
Receitas de Capital	70.000,00	0,00	-70.000,00	0,00
Alienação de Bens	70.000,00	0,00	-70.000,00	0,00
SOMA	28.310.000,00	26.122.099,67	-2.187.900,33	92,27
DÉFICITS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS	28.310.000,00	26.122.099,67	-2.187.900,33	92,27
DESPESAS				
Especificação	Autorizada	Realizada	Diferença	Relação
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)
Créditos Orçamentários e Suplementares	25.234.175,00	22.647.718,13	-2.586.456,87	89,75
Créditos Especiais e Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	25.234.175,00	22.647.718,13	-2.586.456,87	89,75
SUPERAVIT	3.075.825,00	3.474.381,54	398.556,54	0,00
TOTAL DESPESAS	28.310.000,00	26.122.099,67	-2.187.900,33	92,27

A análise do resultado orçamentário faz a relação das Receitas Arrecadadas menos as Despesas Empenhadas, sendo que no exercício 2019 apontou superávit de R\$ 3.474.381,54. Apesar do resultado positivo, cabe destacar que boa parte deste recurso é destinado ao pagamento do instituto de previdência municipal (IPREVI), referente a aposentados e pensionistas, classificada como despesa extra-orçamentária.

Sobre a concepção de análise da eficiência, eficácia e efetividade do cumprimento do orçamento, a execução orçamentária em geral se mostrou satisfatória no aspecto de não expor a Autarquia ao endividamento, com um planejamento de receitas mais condizente com a realidade da Autarquia e, ao mesmo tempo, demonstrando a necessidade de aplicação em atividades de recuperação de receitas.

4.2. Gestão Financeira

4.2.1. Balanço Financeiro

TÍTULOS	VALOR	VALOR
Receita Orçamentária		
Receitas Correntes		
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	7.635.340,60	
Receita Patrimonial	90.301,82	
Receita de Serviços	18.289.382,17	
Outras Receitas Correntes	107.075,08	
Total das Receitas Correntes		26.122.099,67
Total da Receita Orçamentária		26.122.099,67
Receita Extra-Orçamentária		
Restos a Pagar	2.949.818,68	
Depósitos e Consignações	2.751.000,54	
Outras Operações	54.033,13	
Total da Receita Extra-Orçamentária		5.754.852,35
Total das Receitas		31.876.952,02
Saldo Anterior		
Caixa e Bancos		3.255.201,55
TOTAL GERAL		35.132.153,57
Despesa Orçamentária		
Saneamento	22.647.718,13	

Total da Despesa Orçamentária		22.647.718,13
Despesa Extra-Orçamentária		
Restos a Pagar	2.477.664,13	
Depósitos e Consignações	2.659.685,86	
Outras Operações	35.486,45	
Repasses Financeiros Concedidos	2.164.080,09	
Total da Despesa Extra-Orçamentária		7.336.916,53
Total das Despesas		29.984.634,66
Saldo p/ Mês		
Caixa e Bancos		5.147.518,91
TOTAL GERAL		35.132.153,57

4.2.2. Comparativo da Receita Arrecadada e Despesas Realizadas com os exercícios anteriores

As planilhas abaixo farão a comparação das receitas arrecadadas e despesas pagas, com a análise vertical e horizontal sobre a relação entre os exercícios.

RECEITAS ARRECADADAS								
Exercícios 2017, 2018 e 2019								
Exercício	2017		2018			2019		
Especificação	(R\$)	AV (%)	(R\$)	AH (%)	AV (%)	(R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	22.003.082,38	100	23.582.406,31	7,18	100	26.122.099,67	10,77	100
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	22.003.082,38	100	23.582.406,31	7,18	100	26.122.099,67	10,77	100

DESPESAS REALIZADAS								
Exercícios 2017, 2018 e 2019								
Exercício	2017		2018			2019		
Especificação	(R\$)	AV (%)	(R\$)	AH (%)	AV (%)	(R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	18.684.643,53	91,29	20.538.835,96	9,92	95,54	20.924.906,34	1,88	91,77
Despesas de Capital	1.627.709,25	8,71	916.346,77	-43,7	4,46	1.722.811,79	88,01	8,23
TOTAL	20.312.352,78	100	21.455.182,73	5,63	100	22.647.718,13	5,56	100

O resultado financeiro encerrou o exercício 2019 com superávit de R\$ 1.892.317,36 na análise do saldo em espécie do exercício anterior (2018) em relação à disponibilidade final de saldo do exercício analisado. A princípio tal resultado demonstra equilíbrio financeiro das contas da Autarquia, uma vez que o resultado superavitário provém de um aumento proporcional maior nas receitas arrecadadas do que nas despesas realizadas, como podemos observar nas planilhas comparativas, onde a receita cresceu 10,77% na análise horizontal em comparação ao exercício 2018, enquanto as despesas totais cresceram em média 5,56%. Não há nas análises demonstrativo que aponte variação significativa no endividamento público, o que demonstra eficácia na aplicação dos recursos financeiros da Autarquia.

4.3. Gestão Patrimonial

4.3.1. Balanço Patrimonial

Art 105 da Lei 4.320/1964

Valores em R\$ 1,00

TÍTULOS DO ATIVO	R\$	R\$	R\$
ATIVO			
Ativo Financeiro			
Bancos	5.147.518,91	5.147.518,91	
Devedores Diversos	3.452,36	3.452,36	5.150.971,27
Ativo Permanente			
Bens Móveis	6.136.454,04		
Bens Imóveis	30.339.137,97	36.475.592,01	36.475.592,01
Créditos			
Dívida Ativa	12.716,01		
Faturas/Duplic. a receber faturadas	2.694.911,15	2.707.627,16	2.707.627,16
Valores Diversos			
Ações	10.211,16		
Bens e Valores em circulac Estoques	1.885.792,86		
Participação em Consórcios	272.647,69	2.168.651,71	2.168.651,71
SOMA DO ATIVO REAL			46.502.842,15
ATIVO COMPENSADO	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL			46.502.842,15
TÍTULOS DO PASSIVO	R\$	R\$	R\$
PASSIVO			
Passivo Financeiro			
Restos a Pagar	3.280.683,85		
Depósitos e Consignações	324.408,97		
Outras Operações	23.039,76	3.628.132,58	3.628.132,58
Passivo Permanente		0,00	0,00



**RELATÓRIO ANUAL DE
CONTROLE INTERNO**

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

**Folha
15/21**

SOMA DO PASSIVO REAL			3.628.132,58
SALDO PATRIMONIAL			
ATIVO REAL LÍQUIDO			42.874.709,57
PASSIVO COMPENSADO			0,00
TOTAL GERAL			46.502.842,15

TÍTULOS DO ATIVO	2018 (R\$)	2019 (R\$)
ATIVO		
Ativo Financeiro	3.288.879,94	5.150.971,27
Ativo Permanente	37.090.183,42	36.475.592,01
Créditos	2.389.953,07	2.707.627,16
Valores Diversos	2.054.204,70	2.168.651,71
SOMA DO ATIVO REAL	44.823.221,13	46.502.842,15
ATIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	44.823.221,13	46.502.842,15
TÍTULOS DO PASSIVO	R\$	R\$
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.231.985,07	3.628.132,58
Passivo Permanente	0,00	0,00
SOMA DO PASSIVO REAL	3.231.985,07	3.628.132,58
SALDO PATRIMONIAL		
ATIVO REAL LÍQUIDO	41.591.236,06	42.874.709,57
PASSIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	44.823.221,13	46.502.842,15

Na análise do resultado patrimonial houve superávit financeiro de R\$ 1.679.621,02, impulsionado principalmente pelo aumento real de receitas entre os períodos analisados, na composição do saldo disponível em espécie em bancos.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DA LRF

5.1. Despesas com Pessoal

Dentro do limite definido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº. 101/2000, *in verbis*:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

.....

III – na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderão exceder a 54% da Receita Corrente Líquida.

Descrição	Valor (R\$)
Rateio pela participação em Consórcio Público	48.513,63
Pessoal	2.281,56
Pessoal Cargo Efetivo	7.056.925,18
Pessoal Cargo Comissionado	953.169,89
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	556.541,63
Sentenças Judiciais (II)	14.698,42
Obrigações Patronais	1.593.075,14
Despesa Bruta com Pessoal – SAAE (I)	10.225.205,45
Despesa Líquida com Pessoal (I – II)	10.210.507,03

DTP e Apuração Do Cumprimento do Limite Legal	Valor (R\$)	% sobre a RCL
Receita Corrente Líquida (RCL)	26.122.099,67	
Despesa Total com Pessoal (DTP)	10.210.507,03	39,09



RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

Folha
17/21

Limite Máximo (incisos I, II e III, art 20 da LRF)	14.105.933,82	54,00
Limite Prudencial (§ único, art 22 da LRF)	13.400.637,13	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do Art 59 da LRF)	12.695.340,44	48,60

Demonstra-se nos quadros acima os gastos com pessoal realizados pelo SAAE, o qual evidencia o **cumprimento** da norma legal quanto à observância dos gastos dentro do limite prudencial pela Autarquia, com margem de aproximadamente 12,20% dentro do permitido por lei para o Executivo. Tal demonstrativo aponta para uma condição de reestruturação de pessoal para ocupação de cargos com ingresso obrigatoriamente através de concurso, como ajudante administrativo, por exemplo. A Autarquia já tem evidenciado esforços neste sentido.

5.1.1. Repasses ao IPREVI

Um dado importante a constar no relatório são os repasses ao Instituto de Previdência Social (IPREVI) em relação aos pagamentos de inativos e pensionistas. O montante repassado no ano de 2019 foi de R\$ 1.857.313,66. O valor a menor em relação ao exercício de 2018 se justifica pela alteração na data de recebimento dos servidores municipais, que passou do último dia do mês para o quinto dia útil. Desta forma, computou-se, ainda, o repasse do mês de Janeiro de 2019 em Dezembro de 2018, não entrando no fluxo financeiro do exercício em questão.

5.2. Restos a Pagar – Dívida Flutuante

Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64, somente poderá ser inscrita em restos a pagar a despesa empenhada, mas não paga até 31 de dezembro. Além disso, a LRF, no inciso II, do art. 50, determina que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, disposição esta que se aplica também aos Restos a Pagar.

O cancelamento ou baixas de restos a pagar ocorrem pelas seguintes razões: pagamento, prescrição, conversão em dívida fundada ou outras razões apuradas em processo formal. Somente as despesas empenhadas podem ser inscritas em restos a pagar. Não havendo crédito orçamentário para a parcela da despesa por conta do outro orçamento, não poderá haver empenho nem inscrição em Restos a Pagar.

O quadro abaixo demonstra o histórico da dívida fluante do SAAE:

Descrição	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Movimento no Exercício			Saldo para o mês seguinte (R\$)
		Inscrição	Baixa	Cancelamento	
Restos a Pagar 2010	2.550,00	0,00	0,00	2.550,00	0,00
Restos a Pagar 2015 (não processado)	69.704,34	0,00	0,00	0,00	69.704,34
Restos a Pagar 2016 (não processado)	10.487,80	0,00	0,00	2.987,80	7.500,00
Restos a Pagar 2017 (não processado)	113.070,26	0,00	74.543,15	9,11	38.518,00
Restos a pagar 2018	679.998,66	0,00	679.998,66	0,00	0,00
Restos a pagar 2018 (não processado)	2.088.360,61	0,00	1.723.122,32	150.095,46	215.142,83
Restos a Pagar 2019	0,00	450.638,64	0,00	0,00	450.638,64
Restos a Pagar 2019 (não processados)	0,00	2.499.180,04	0,00	0,00	2.499.180,04
Total (R\$)	2.964.171,67	2.949.818,68	2.477.664,13	155.642,37	3.280.683,85

Boa parte das inscrições em restos a pagar é proveniente de contratos empenhados em suas integralidades no exercício 2019, mas que terão parte em execução em 2020, com sua devida liquidação. Exemplo disto são os contratos de serviços de terceiros, contratos de locação de imóveis, produtos e serviços requisitados e empenhados em dezembro de 2018 e que ainda não foram liquidados, dentre outros.

Nota-se um esforço da administração no sentido de sanar os restos a pagar de anos anteriores. O Controle Interno manifestou recentemente sobre situação de restos a pagar não processados de exercícios anteriores e que deverão ser apurados e cancelados para a regularização da situação.

5.3. Créditos Suplementares com anulações de dotações

Lei	Decreto	Valor (R\$)	Anulação (-)
02732	05306	250.000,00	250.000,00
02732	05325	1.760.000,00	1.760.000,00
02732	05334	262.000,00	262.000,00
02732	05374	1.238.000,00	1.238.000,00
02732	05377	948.000,00	948.000,00
02732	05390	470.000,00	470.000,00
Total (R\$)		4.928.000,00	4.928.000,00
Orçamento		25.234.175,00	
Autorização – Lei 2789/2019	40%	15.140.505,00	
Autorização – Lei 02732	10%	2.523.417,50	
Percentual de utilização de crédito autorizado		19,53%	

A movimentação financeira por créditos suplementares representou 19,53% do orçamento total, com o balanço entre anulações e créditos. Nota-se um aumento em relação ao ano de 2018 e pode-se explicar pela mudança na direção da Autarquia ocorrida em março de 2019, que refletiu em outras posturas em relação a administração dos recursos e na revisão do planejamento, sujeitando-se às adequações necessárias para o cumprimento das novas diretrizes.

5.4. Dívida Ativa

A dívida ativa inscrita até o ano de 2019 continua sendo de R\$ 12.716,01 de um montante total passível de ser inscrito, entre 01/2008 e 12/2019 de pouco mais de R\$ 5.500.000,00. As recomendações feitas pela Controladoria em 2017 e 2018 ainda não foram atendidas em pleno, pela falta da execução da dívida ativa, mesmo com a gestão se mostrando ativa em relação aos levantamentos necessários e estruturação do sistema de cobrança, inclusive com a formação de Comissão específica para este fim. Cabe a manutenção dos esforços para a execução da dívida ativa da Autarquia ainda no exercício de 2020.



RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

Folha
20/21

6. PARECER CONCLUSIVO

O parecer conclusivo do Controle Interno para o exercício 2019 é pela aprovação das contas nas gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com recomendações a serem pontuadas a seguir.

Apesar dos esforços e notória melhoria na gestão estratégica do SAAE, com maior envolvimento das diretorias nos processos decisórios, nota-se ainda o dispêndio principal e quase total dos recursos na manutenção das operações básicas da Autarquia. Já é evidente este entendimento por parte da gestão, o que é fundamental para a reversão da situação, uma vez que as mudanças estão diretamente ligadas ao bom planejamento e sua execução, medida esta que a atual gestão tem feito com bastante critério, legitimidade e participação dos servidores ligados a cargos de chefia.

Porém a falta de recursos financeiros e a quase integralidade de seu uso atrelado na manutenção operacional tem forçado a gestão por anos subsequentes a praticamente zerar seus investimentos em questões importantes, como as ambientais, por exemplo, na recuperação de recursos hídricos, preservação e conservação de mananciais, soluções estratégicas na zona rural e também em ações sociais de cunho educativo, medidas que deveriam atender o caráter permanente de investimentos, pois refletem no médio e longo prazo a consciência da população sobre o uso dos recursos e por uma disponibilidade sempre crescente de água com qualidade e volume que possa garantir o atendimento da população no longo prazo.

Questões relacionadas a falta de pessoal e decorrentes de estruturas defasadas ou com baixo investimento em manutenção na última década, ainda são entraves que refletem diretamente nos problemas mais comuns apontados nas prestações de serviços oferecidos a população. Muitas vezes a demora por soluções já discutidas e planejadas a nível estratégico é reflexo dessa falta de pessoal suficiente para a execução das atividades rotineiras a nível operacional, principalmente aquelas ligadas à burocracia dos processos, como atividades administrativas.

Ainda há evidente desvio da atividade principal de cargos de chefia, não da função, mas das características técnicas, como por exemplo um Diretor, de nível estratégico, que desempenha funções de nível operacional, que teoricamente deveria ser atividades de auxiliares ou ajudantes administrativos, pela falta de pessoal suficiente para este fim, o que gera um custo de oportunidade imensurável. A falta de uma organização estrutural administrativa adequada pode ser apontada como um dos principais problemas hoje do SAAE.

A gestão deve se empenhar na recuperação de créditos, através da execução da dívida ativa e também atuar de maneira hábil para soluções ligadas ao maior controle da atualização cadastral dos consumidores, certamente fonte de aumento de receitas sem necessariamente passar por reajustes de taxas e tarifas. Sobre estas últimas, cabe o entendimento do momento oportuno para se tratar de reajustes, sem abandonar o conceito da revisão, ou seja, aquele



**RELATÓRIO ANUAL DE
CONTROLE INTERNO**

EXERCÍCIO 2019

DATA: 02.03.2020

Folha
21/21

mínimo necessário para a manutenção da vitalidade econômica dos processos, onde a revisão se dá para a compensação do aumento dos custos financeiros gerais, geralmente apontados nos índices de inflação, pelos contínuos aumentos salariais, dos insumos e das prestações de serviços, que anualmente incorrem nos aumentos de despesas gerais da Autarquia. Incorrer em anos subsequentes sem a devida atenção à compensação financeira tributária pode sujeitar a Autarquia exatamente ao maior problema que ela tem hoje, que é a insuficiência financeira para a devida estruturação administrativa e orçamentária e, em decorrência, abandono de importantes investimentos estruturais em detrimento da necessidade de se empenhar todos os recursos na manutenção do funcionamento da estrutura administrativa e operacional.

Recomenda-se agilidade no processo de adesão do SAAE ao regulamento proposto pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Zona da Mata Mineira – CISAB, recomendação esta já apontada no exercício anterior. Tal adesão forçará a gestão a adequações importantes na prestação dos serviços que resultarão na melhoria geral das atividades e serviços do SAAE, além de permitir alterações e atualizações no modelo cadastral, na classificação dos consumidores e que refletirá também em aumento de receitas.

Viçosa, 02 de Março de 2020.

Murilo Pizato Marques
Controlador Interno
CRA-MG 01-062986/D

Aprovo.

Luciano Piovesan Leme
Diretor Presidente.